



UnB

INSTITUTO DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS

ANA LUIZA CARREIRO DUARTE ARAÚJO PEREIRA

LINGUÍSTICA, GRAMÁTICA E ENSINO: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

BRASÍLIA

2023

ANA LUIZA CARREIRO DUARTE ARAÚJO PEREIRA

LINGUÍSTICA, GRAMÁTICA E ENSINO: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

Trabalho submetido como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras, pelo curso de Língua Portuguesa e Respectiva Literatura da Universidade de Brasília - UnB.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Medeiros Junior

BRASÍLIA

2023

LINGUÍSTICA, GRAMÁTICA E ENSINO: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

LOBATO, L. *Linguística e ensino de línguas*. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015. 56p. ISBN: 978-85-230-1163-5

Por: Ana Luiza Carreiro Duarte Araújo Pereira¹

Palavras-chave: Gramática; Linguística; Ensino de línguas; Criatividade.

Contextualização

Linguística e ensino das línguas, publicado em 2015, é o segundo volume da coleção Lúcia Lobato da Editora Universidade de Brasília, dedicada a divulgar o pensamento científico da professora Lúcia Lobato, *in memoriam*, pesquisadora pioneira nos estudos gerativistas no Brasil e referência nacional no campo da linguística. A publicação foi organizada por Eloisa Pilati, Rozana Naves, Helena Guerra e Heloísa Lima-Salles.

A obra em questão reúne textos oriundos de três palestras ministradas por Lobato em 1976 e 2003, em que ela faz ponte entre os estudos linguísticos e a esfera pedagógica, apontando contribuições possíveis da pesquisa científica no ensino de línguas. Sob uma nova perspectiva, a autora estoura a bolha do academicismo e desmistifica a teoria linguística para torná-la tangível à realidade educacional e, assim, mediar a relação entre linguista e professor. Nesse contexto, Lobato propõe uma metodologia de ensino inovadora sustentada na concepção inatista da aquisição da linguagem.

O volume está estruturado em 56 páginas, incluindo a apresentação do livro pelas organizadoras, um prefácio assinado pela professora Maria José Foltran da Universidade do Paraná e três capítulos que apresentam o conteúdo das palestras, ordenados cronologicamente, do texto mais recente ao mais antigo, são eles: *O que o professor da*

¹ Graduanda do oitavo semestre de Letras – Língua Portuguesa e Respectiva Literatura da Universidade de Brasília – UnB.

educação básica deve saber sobre linguística, O aspecto criativo do uso normal das línguas e Linguística e ensino de línguas.

Apresentação

O prefácio nomeado *O Linguista e o Professor* (p. 11-13), registra uma contemplação da obra pela professora Maria José Foltran, que colaborou como consultora da publicação. Ela aponta na seleção de palestras a linha argumentativa de Lobato, destacando o respeito da autora pela docência, sua preocupação com o futuro da educação e seu importante legado como linguista e professora.

O capítulo 1, *O que o professor da educação básica deve saber de linguística* (p. 14-30), traz uma palestra ministrada em 13 de dezembro de 2003, na 2ª Reunião Regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Fortaleza – CE, onde a autora integrou mesa-redonda intitulada *A Linguística e o Professor de Ensino Básico*. A proposta do texto é refletir sobre a interface da linguística com a educação. Para isso, Lobato (2015, p.16) levanta o seguinte questionamento: “O que o professor de ensino básico tem de saber e o que não precisa saber sobre análises linguísticas específicas e sobre questões gerais em debate?”. De acordo com a autora, a discussão é fundamentada em duas premissas: (1) há enorme discrepância entre o conhecimento linguístico acumulado nas Universidades e o conhecimento veiculado nas gramáticas escolares; (2) para que não se queira transformar o professor em linguista, qualquer exigência sobre conteúdo a ser introduzida na formação dos professores deve ser bem avaliada.

Diante disso, Lobato apresenta dois conceitos de gramática. O primeiro refere-se a uma gramática de caráter taxonômico, estático e externo ao indivíduo, como um compêndio que elenca regras e descreve os fatos de uma língua. A exemplo disso, a autora menciona a ‘gramática de Celso Cunha’ e a ‘gramática de Rocha Lima’. Em um segundo sentido, a gramática tem aspecto dinâmico, criativo e interno, correspondendo a um construto mental inato aos seres humanos – também chamado de *gramática universal, faculdade da linguagem* ou *dispositivo de aquisição da língua* – que possibilita a aquisição de língua logo nos primeiros anos de vida, desde que o indivíduo seja exposto aos dados da língua em questão.

No contexto educacional, a autora propõe tomar como base o último conceito descrito acima. Isso quer dizer que se deve ter em conta que os alunos são detentores de uma gramática interna adquirida naturalmente e, portanto, não é necessário “ensiná-los” gramática, mas levá-los a desenvolver novos processos (e novos conhecimentos) a partir da exposição a dados. Lobato assume que essa é a primeira propriedade do ensino de língua materna, a adoção do “procedimento de descoberta”. Assim, aceitando essa postura, a característica seguinte exige aplicar uma “metodologia de eliciação” ao ensino da língua. O objetivo é direcionar o aluno a tirar suas próprias conclusões, garantindo maior rapidez no processo, contudo, sem comprometer a autonomia do aprendiz. Finalmente, o terceiro e último aspecto do ensino gramatical sugerido pela autora é a “técnica de resultados”. Ela defende que o aluno deve compreender a relação entre forma e conteúdo. No caso das línguas, entender como as variações da estrutura levam a resultados semânticos distintos. Esse aspecto é importante visto que é possível que o aluno constate a razão de ser do ensino gramatical e perceba sua contribuição para o domínio de estruturas e, conseqüentemente, o domínio de textos.

A autora reconhece que há um grande desafio na implementação de uma nova perspectiva do ensino gramatical. Ela pondera que uma remodelação do ensino, apoiada nas teorias modernas, deve ser iniciada nas Universidades, com a formação de novos professores. Isso significa transformar a maneira de ensinar a língua materna no ensino superior, de modo que, é necessário preparar os alunos para realizarem “demonstrações empíricas de que existe a faculdade de linguagem”. Segundo ela, somente assim esses professores em formação “poderão se envolver com convicção num projeto de renovação do ensino”.

Para firmar a discussão, examinou-se o seguinte par de sentenças (p. 23):

- (A) João acha que **ele** fala russo fluentemente
- (B) **Ele** acha que João fala russo fluentemente

Lobato argumenta que as diferentes interpretações para o pronome ‘ele’ são evidentes a qualquer falante da língua portuguesa. Em (A), ‘ele’ pode apresentar referência dependente de ‘João’ ou pode aceitar uma referência livre de alguém não identificado na frase. Por outro lado, em (B) a única leitura possível para ‘ele’ é a de referência livre. Na presunção de que crianças adquirissem a língua por analogia, caberia a elas atribuírem à (B) as mesmas interpretações de (A). Entretanto isso não acontece,

mesmo que elas não recebam uma instrução formal sobre o assunto. Sabe-se que fenômenos linguísticos como esse são recorrentes em outras línguas e comprovam a hipótese da existência da faculdade da linguagem.

Assim, admitido o método de ensino, são sugeridos inicialmente três fatos de língua a serem reavaliados no âmbito pedagógico (p. 23-24):

- (1) Relações gramaticais: conhecimentos recentes têm transformado as noções de sujeito e predicado, complemento e adjunto. A atualização de materiais didáticos significaria uma grande contribuição no ensino pleno desses conceitos.
- (2) Classe de verbos: a classificação de verbos em transitivo e intransitivo é ultrapassada. Existem na verdade três classes, visto que os intransitivos correspondem a duas classes diferentes, os inergativos e os inacusativos.
- (3) Classificação das orações: a classificação tradicional dos tipos oracionais presente nas gramáticas escolares é defasada. Assim, deve-se recorrer aos estudos modernos para o desenvolvimento de novos materiais pedagógicos.

Embora favorável à renúncia do ensino taxonômico, Lobato se posiciona contra o abandono do ensino gramatical, desde que renovado de perspectivas e de métodos didáticos. Nesse sentido, são apontados três argumentos para a permanência do material gramatical na escola. O primeiro deles é o fato de que a mesma gramática abstrata que subjaz às palavras, aos sintagmas, às orações e às frases também subjaz ao texto e às atividades discursivas. Isto é, operam em ambos os domínios da língua os mesmos princípios abstratos. Em segundo lugar, a autora avalia que a explicitação de mecanismos estruturais agiliza o processo de domínio das técnicas do texto e auxilia na assimilação de características peculiares da escrita. Por outro lado, a terceira razão é fundamentada no reconhecimento das propriedades linguísticas inerentes ao ser humano. Uma vez adotado o método proposto, o aluno mudará sua visão de língua e concluirá por conta própria a existência de uma faculdade de linguagem, tornando-se, em maior grau, consciente da natureza humana.

Por fim, a autora apresenta alguns casos de divergência entre análises da Gramática Tradicional e análises propostas em estudos linguísticos recentes. Em um primeiro caso, é examinado o argumento sentencial que ocorre com o verbo “parecer”, a fim de demonstrar um erro de análise. A investigação parte do seguinte exemplo (p. 26):

(C) Parece que João é inteligente.

A Gramática Tradicional, cuja análise é repassada na escola, estabelece a função subjetiva para a oração ‘que João é inteligente’. Entretanto, análises linguísticas recentes apontam que, na verdade, essa oração tem papel de objeto direto. Essa última hipótese tem respaldo em três evidências. A primeira delas é o fato de que a frase em questão aparece com um sujeito pronominal manifesto em línguas que não realizam sujeito pronominal nulo, como o francês e o inglês (p. 26):

(D) Il semble que Jean est intelligent.

It seems that John is intelligent.

Uma segunda evidência diz respeito a possibilidade da posição vazia antes de ‘parece’ ser ocupada pelo sujeito manifesto na oração que segue o verbo, por exemplo:

(E) João parece ser inteligente.

Por último, na sentença acima, ‘João’ é sujeito sintático de ‘parece’, contudo, não é argumento semântico do mesmo verbo, e sim do predicado à direita, “ser inteligente”.

A autora indica um segundo caso de divergência, que trata de análises aprofundadas pela linguística e que permanecem defasadas no ensino da Gramática Tradicional. Nesse contexto, a discussão sobre a classificação de verbos é retomada e cuidadosamente debatida.

Lobato explica que os verbos intransitivos – cujo critério de classificação é possuir apenas um argumento – podem ter carência semântica de sujeito ou de objeto direto, contrariando as análises tradicionais que sustentam que o único argumento possível para verbos desse tipo é o sujeito.

O entendimento recente dos linguistas se apoia na análise de orações reduzidas de particípio para distinguir o comportamento dos argumentos e classificar o verbo em *inacusativo* – quando o argumento se comporta como objeto direto – ou em *inergativo* – quando o argumento se comporta como sujeito. Para essa análise, primeiramente, foi reduzida uma oração constituída de verbo transitivo:

(F) Maria lavou a louça

Lavada a louça,...

*Lavada Maria,...

A interpretação de ‘Maria’ como objeto direto no último exemplo, torna a sentença agramatical, uma vez que o sintagma ‘Maria’ nessa situação só pode ser interpretado como sujeito. A partir disso, depreende-se que se o argumento “não funciona” em uma oração reduzida, logo, ele é sintaticamente sujeito. Ao mesmo tempo, se o contrário acontece, o argumento é objeto direto.

A autora reconhece que os fatos nesse tipo de caso são mais complexos, entretanto, ela defende que eventualmente esse tipo de conhecimento deve ser incorporado no ensino de língua na escola.

O terceiro caso de divergência diz respeito às análises tradicionais confusas, que se apresentam insuficientemente exatas e pouco claras. A título de exemplo, a autora cita a distinção entre orações causais e explicativas. Lobato afirma que o professor de educação deve adotar uma conduta de distanciamento da Gramática Tradicional, deixando clara “a confusão que a ela subjaz”. Assim, o primeiro capítulo é concluído com um apelo pela mudança de postura do professor que, na concepção da autora, deve aderir a uma atitude científica diante das análises linguísticas.

O capítulo 2, *O aspecto criativo do uso normal das línguas* (p. 32-40), provém de um artigo apresentado em mesa-redonda sobre o tema “Criatividade”, em 04 de fevereiro de 2003, no Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília. A discussão é centrada na perspectiva chomskyana do “aspecto criativo das línguas”, isto é, a capacidade humana de se expressar livremente através da língua, com combinações inéditas de elementos e sem o controle de estímulos externos ou estados internos. Essa temática é objeto de reflexão de filósofos e de estudiosos desde o século XVII e foi, a princípio, ponderada por racionalistas como René Descartes e seus seguidores, que instituíram a formação do pensamento e a linguagem como qualidades inseparáveis e únicas do ser humano, que o distingue dos outros animais. Nesse sentido, a autora apresenta um conjunto de cinco propriedades que abrangem a expressão “aspecto criativo do uso normal das línguas”:

- (1) Âmbito ilimitado de temas: os falantes são livres para expressar na língua qualquer tema, sem restrições para falar sobre dados assuntos.
- (2) Âmbito ilimitado de situações: os falantes são capazes de adequar a língua a novas situações de discurso.

- (3) Independência da referência em relação ao contexto pragmático: os falantes são livres para falar de objetos abstratos e de situações hipotéticas em diversos períodos temporais, não estando restritos a falar do que existe ou do que ocorre no momento presente.
- (4) Independência em relação a estímulos: a comunicação não é uma reação direta a circunstâncias externas ou estados internos, mas sim uma autoexpressão livre de estímulos.
- (5) Âmbito ilimitado de combinações: apesar do número finito de meios, os processos combinatórios são infinitos e, por consequência, também é ilimitado o número de mensagens que pode formar.

Além dessas cinco propriedades, a autora incorpora outras duas. Uma delas, enfatizada pela corrente racionalista, é a “paridade de pensamentos”, que pressupõe que a percepção da mensagem evoca no ouvinte pensamento similares aos do falante. A outra é a “liberdade de escolha de função social”, que se refere a possibilidade do falante de usar a língua para diferentes funções sociais, indo além da função cognitiva.

Lobato observa que essas propriedades são específicas da expressão humana e inexistem na linguagem animal. Segundo a autora, a comunicação entre animais utiliza um repertório limitado de chamadas, associadas às necessidades como comida, sexo, predadores e contingências sociais. Essa comunicação consiste em transmissões unilaterais de mensagem que geram uma conduta ligada a uma experiência própria. Por exemplo, embora uma abelha possa indicar às outras um local com alimento, a transmissão da mensagem só é possível caso ela própria tenha tido a experiência de se alimentar no lugar em questão. Por outro lado, nas línguas naturais, os falantes constroem representações que substituem a experiência, o que permite a adaptação do uso da língua em situações inéditas. Os mecanismos para isso podem ser encontrados dentro da morfologia, da sintaxe e do léxico.

Ainda nesse contexto, destaca-se a ‘geratividade’ do sistema, demonstrada pelo caráter recursivo das línguas. Crucialmente, a recursividade diz respeito a possibilidade de incidir, sucessivamente, atributos sobre uma dada estrutura linguística, podendo-se gerar combinações ilimitadas em extensão. Por exemplo, sobre o substantivo ‘livro’ pode-se adicionar um atributo, como em ‘livro azul’, e sobre esse sintagma é possível adicionar outro material linguístico, como em ‘livro azul de Henrique’, e assim por diante. Além disso, defende-se que há na arquitetura das línguas uma predisposição para o uso criativo,

sobretudo no âmbito do sistema sintático. A autora assume que a sintaxe é composta por uma parte não criativa – que diz respeito a ordem das palavras na língua – e outra criativa – que se refere ao conteúdo. Os falantes detêm autonomia para decidir sobre a significação, a temporalidade do evento, a voz do discurso, bem como quais palavras combinar. Em contrapartida, uma vez definido o conteúdo da mensagem, não é possível evitar a forma sintática imposta pela língua. Assim, se o falante escolhe combinar as palavras ‘morder’, ‘homem’ e ‘cachorro’, decidindo produzir uma frase ativa, com evento passado concluso, o resultado pode ser algo como “o cachorro mordeu o homem” ou “o homem mordeu o cachorro”, a depender da designação das funções de agente e paciente. Com isso, Lobato (2015, p. 39) conclui que “a criatividade das línguas reside nas escolhas de significado”. É por essa razão que não se pode afirmar que há criatividade no sistema fonológico, visto que inexistente associação semântica entre os fonemas e os traços fonológicos.

Assim o capítulo se finda sem abordar diretamente o ensino de língua. Todavia, as concepções apresentadas se alinham à Teoria Gerativa e ao conceito de gramática que guiam os moldes da metodologia de ensino sugerida. Portanto, a discussão sobre o aspecto criativo do uso normal das línguas e as reflexões que ela propõe seguem relevantes para os professores de língua.

O capítulo 3, intitulado *Linguística e ensino de línguas* (p. 42-54), foi apresentado em palestra ministrada no II Encontro Nacional de Estudos de Linguística e Literatura, em 1976, quando a autora era professora do Departamento de Linguística e Filologia da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A palestra tem por objetivo discutir de que maneira a linguística pode contribuir para a renovação do ensino de línguas. A partir disso, a autora propõe quatro pontos a serem analisados (LOBATO, 2015, p. 43):

- (1) De que modo e até onde pode a linguística contribuir para a tarefa do aluno e do professor na pedagogia das línguas?
- (2) Entre os modelos linguísticos existentes atualmente, haveria algum cuja aplicação ajudaria a resolver os problemas do ensino e da aprendizagem de línguas?
- (3) Considerações sociolinguísticas na renovação do ensino de línguas.
- (4) Possibilidades reais de renovação gramatical no Brasil à luz dos desenvolvimentos recentes da linguística.

No primeiro ponto, Lobato dimensiona o papel da linguística no ensino, determinando suas possíveis contribuições ao mesmo tempo que delimita sua atuação. Assim, a autora estabelece que, em nível teórico e aplicado, cabe ao linguista elaborar e organizar análises da língua, que embora não possam servir de texto para uso em aula, servirão de fundamento para constituição de manuais com fins pedagógicos.

Quanto ao segundo ponto, Lobato debate a aplicabilidade dos modelos linguísticos ao ensino de línguas. De acordo com a autora, para que se satisfaça o objetivo primário do ensino, que consiste em capacitar os falantes a utilizarem a língua de maneira eficaz e adequada, um modelo deve possuir três características fundamentais: (1) ter em conta o contexto linguístico e a situação extralinguística, ultrapassando o nível da frase e incorporando à análise o nível do texto; (2) levar em consideração as diferentes funções da linguagem; e (3) dar conta das variações da língua, sejam elas dialetais ou de registro. Conclui-se, no entanto, que não há atualmente um modelo linguístico que reúna essas três características. A justificativa para tal ocorrência é a falta de concordância de objetivos, dado que os modelos existentes, como o estrutural e o gerativo, são modelos da frase, que negligenciam o emprego da língua e o fato de ela comportar variações.

O terceiro ponto aborda a relação necessária entre o ensino de língua e a sociolinguística. Para a autora, o ensino deve levar em conta o contexto social e a variação no uso da língua. Dessa maneira, a partir da análise dos comportamentos linguísticos, os alunos poderão identificar os diferentes usos da língua e então utilizar novos registros que ainda não possuam.

Finalmente, no que diz respeito ao quarto ponto, a autora discute a renovação gramatical a partir da seguinte questão: “O que se poderia e se deveria então fazer no Brasil com vistas a uma renovação do ensino?” (LOBATO, 2015, p. 51). Primeiramente, Lobato argumenta em favor de uma colaboração maior entre professores e linguistas, visando equacionar os problemas da aprendizagem, bem como reformular o ensino em novas bases. Em segundo lugar, é necessário elaborar novos materiais escolares que consigam abranger o emprego da língua em diferentes situações de comunicação. Um terceiro tópico contém a defesa de um ensino adaptado para comunidades bilíngues, que deve levar em conta a língua materna dos alunos no processo de alfabetização em português. Em outro momento, a autora afirma que o ensino não deve ser baseado apenas em textos literários, mas também em usos cotidianos da língua. Por fim, admite-se que a

falha do ensino está na base e que remediá-la implica também em resoluções não-técnicas, como melhor remunerar os profissionais docentes.

O capítulo encerra o livro com a conclusão de que “a linguística não tem receitas a oferecer” (LOBATO, 2015, p. 54). Por outro lado, é fato que Lobato escrutina em sua obra os caminhos para uma renovação do ensino de línguas e dispõe de importantes reflexões sobre a aplicação da linguística e a relação entre professor e pesquisador.

Discussão

A renovação do ensino é tema de longas discussões desde o século passado. Os trabalhos de Paulo Freire nos anos 50, por exemplo, já remetiam à necessidade de repensar o ensino no Brasil por outro viés que não o prescritivo². Desde então, as mais diversas áreas de conhecimento passaram a desenvolver estudos acerca do assunto, buscando inserir novos ângulo ao debate. No âmbito do ensino de línguas, Mattoso Câmara Jr. traçou uma relação entre a teoria linguística e o ensino de Português, segundo Ilari (2009 apud VICENTE e PILATI, 2012), a partir do trabalho “Erros de Escolares como Sintomas de Tendências do Português no Rio de Janeiro”, datado de 1957. Alguns anos mais tarde, quando se tornou disciplina autônoma nos cursos de Letras, a linguística passou a influenciar significativamente a formação de educadores dentro das universidades brasileiras.

A contribuição deixada por Lúcia Lobato é produto desse contexto de fortalecimento da linguística no ambiente acadêmico, mas também de seu interesse nas questões prementes no ensino. Nessa coletânea de textos, a autora parte de concepções chomskyanas, como a *faculdade da linguagem*, para demonstrar possíveis aplicações da linguística na sala de aula e afirmar os benefícios do aporte teórico na formação dos estudantes. E dessa maneira, ela perpassa desde a análise dos fenômenos da língua até as técnicas de metodologia de ensino.

² Segundo GOMES (2021), a metodologia de Paulo Freire para alfabetização de adultos nas décadas de 50 e 60 representa uma síntese dos debates da época quanto a pertinência da educação popular no Brasil. Nesse sentido, a proposta freiriana apresenta o “conceito antropológico de cultura”, a partir do qual projeta-se um ensino legitimador das diferenças culturais e das tradições dos educandos, que reafirma os conhecimentos de vida dos alunos, reiterando sua “leitura” de mundo.

Em *Linguística e ensino de línguas* destacam-se positivamente pelo menos cinco aspectos:

- (1) Sugere-se uma metodologia bem delineada. Assumindo a existência de uma gramática universal, a autora propõe três propriedades essenciais ao ensino de língua, que têm em conta o conhecimento prévio dos alunos: o *procedimento de descoberta*, a *metodologia de eliciação* e a *técnica de resultados*.
- (2) Demonstra-se a insuficiência da gramática tradicional. Embora seja reconhecido que o ensino gramatical é importante na formação dos estudantes, a obra pontua a defasagem das análises da gramática tradicional em comparação com as análises recentes da linguística.
- (3) Descreve-se o aspecto criativo do uso normal das línguas. A obra dedica um capítulo inteiro à propriedade criativa das línguas humanas e sua complexidade, tendo em vista a importância do tema para os professores que trabalham com o ensino de línguas.
- (4) Delimita-se a contribuição da linguística. A autora dimensiona o papel da linguística no ensino, verificando sua importância principalmente na elaboração de materiais pedagógicos e na análise de fenômenos da língua.
- (5) Indicam-se as mudanças necessárias para a renovação do ensino. Lobato debate tópicos fundamentais na transformação do ensino de língua nas escolas, que vão desde a colaboração entre professores e linguistas até a remuneração salarial dos educadores.

A agenda de pesquisa de Lobato reconhece as limitações da aplicabilidade da Teoria Gerativa ao ensino. Ao mesmo tempo, o modelo em questão encontra forte respaldo nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que ancoram em suas diretrizes, por exemplo, a adoção do *procedimento de descoberta*. Vicente e Pilati (2012) desenvolvem sobre o tema detalhadamente no artigo “Teoria Gerativa e ‘Ensino’ de Gramática: uma releitura dos Parâmetro Curriculares Nacionais”, que reafirma a tese de Lobato sobre as possíveis contribuições dos pressupostos chomskyanos no desenvolvimento de uma metodologia inovadora de ensino de línguas.

Como visto anteriormente, as reflexões sobre a interface da linguística com a educação não são inéditas. Carlos Franchi (1991) identifica problemas no ensino gramatical e discute a criatividade dos processos comunicativos na obra “Criatividade e Gramática”. Os textos de Lobato diferenciam-se, no entanto, por seu caráter

desmistificador, capaz de conectar a função do professor de língua com a tarefa do pesquisador da linguística teórica. Assim, essa pragmática obra não somente sumariza o propósito da linguística no ensino, mas também propõe ações práticas para a renovação da educação, que estão alinhadas às orientações dos PCNs.

Finalmente, é preciso dizer que, conforme as expectativas das organizadoras, este volume dispõe de discussões fundamentais no âmbito da educação, que podem contribuir no desenvolvimento de novas metodologias para o ensino de gramática em sala de aula, dessa forma, credenciando a obra como leitura relevante para a atuação profissional de professores de língua portuguesa em formação, mas também para os profissionais que já estão no mercado de trabalho.

Referências

FRANCHI, C. *Criatividade e Gramática*. 1. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação, 1991.

GOMES, R. L. R. *Paulo Freire, metodologias da educação popular e questões contemporâneas da relação ensino-aprendizagem*. REVISTA ELETRÔNICA, SAÚDE E AMBIENTE, v. 14, p. 245-268, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/51125>. Acesso em: 27 jun. 2023

LOBATO, L. *Linguística e ensino de línguas*. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015. 56p. ISBN: 978-85-230-1163-5

VICENTE, H. G.; PILATI, E. N. S. *Teoria Gerativa e 'Ensino' de Gramática: uma releitura dos Parâmetro Curriculares Nacionais*. VERBUM – Cadernos de Pós Graduação, v. 2, p. 4-14, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verbum/article/view/12793/9279>. Acesso em: 25 jun. 2023